

## PICINGUABA: TRÊS DÉCADAS NUMA VILA DE PESCADORES DO LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO <sup>(1)</sup>

Sueli Ângelo<sup>(\*)</sup>

### Apresentação

"Tudo muda quando se considera que a sociedade é apresentada a cada homem como uma perspectiva do futuro, e que esse futuro penetra até ao coração de cada um como uma motivação real ao seu comportamento" (Sartre, 1963 p. 69).

"Toda tentativa de atingir uma sociedade melhor, mais humana, mais racional é julgada anticientífica, utópica e subversiva e assim a ordem social existente na sociedade aparece como sendo não apenas a única possível como também a única concebível (Baran e Sweezy, 1968 p. 301).

Neste trabalho apresentamos algumas considerações sobre um estudo da aplicação de um instrumento de proteção ambiental sobre uma comunidade de pescadores do Litoral Norte do Estado de São Paulo, mais precisamente, o Tombamento da Vila Picinguaba<sup>(2)</sup> (município de Ubatuba). Há uma grande variedade de estudos sobre as especificidades históricas e culturais das comunidades de pescadores ao longo do litoral paulista (Mussolini, 1953; Mourão, 1971; Diegues, 1983

(1) - Este trabalho se refere a uma pesquisa realizada durante os anos de 1985 e 1986 por uma equipe de pesquisadores do STCR-CONDEPHAAT (Secretaria de Estado da Cultura-SP). Participaram, como peças fundamentais, da idealização do projeto, do trabalho de campo, discussões e relatórios o Geógrafo Wilson Morato e a Antropóloga Virgínia Valadão.

(\*) Professora do departamento de Geografia - FFLCH/USP.

(2) - A Vila de Picinguaba juntamente com as ilhas da baía de mesmo nome foram tombadas pelo CONDEPHAAT, em 1983 (Processo no 20130/1976 - "Tombamento dos aglomerados humanos ou unidades de habitação de Picinguaba, Ubatuba"). Em 1976 já havia sido inserida, por decreto no Parque Estadual da Serra do Mar.

entre outros). Nos últimos anos, no entanto, o tema da preservação da diversidade cultural e ambiental tem ganhado ênfase, devido a projeção sobre o território tradicional destas comunidades, da política de criação de unidades de conservação, tais como Parques, Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Tombamento, entre outros. O modo de vida destes segmentos, culturalmente diferenciados, é menos predatório do que o da sociedade industrial abrangente (Cunha, 1989). Há, entretanto, pouca pesquisa que atenda consistentemente as especificidades ecológicas e sociais desta questão. As comunidades de pescadores artesanais, por exemplo, vivem numa economia cuja (re)produção depende intrinsecamente do conhecimento dos ciclos, leis e movimentos da natureza. Tem-se apontado o conhecimento e dependência que os pescadores artesanais possuem do ambiente, o que permitiu a reprodução sustentável dos recursos naturais. Os estudos constatam a compatibilização de formas de extrativismo cooperativo com técnicas patrimoniais e trabalho familiar (ou de mutirão de vizinhança) como alternativas que permitiram a sustentação do ambiente. A sociedade industrial moderna e tecnológica, por outro lado, tem sido incapaz de conter o empobrecimento biológico e garantir a renovabilidade dos recursos. A renovabilidade das comunidades tradicionais não é plena, muito mais agora, que os ecossistemas litorâneos encontram-se, em grande medida degradados pela poluição, pesca predatória e especulação imobiliária.

Em muitas comunidades, persistem também relações não capitalistas de trabalho que resistem a assimilação da economia mercado. Tais comunidades não constituem uma resistência política organizada à economia de mercado, muito embora as cooperativas de pescadores pudessem ter tido, no passado, o caráter de defesa do pequeno produtor da pesca. Isto não ocorreu<sup>(3)</sup>.

A realidade das populações de pescadores tradicionais, no Brasil, é extremamente frágil. A fragilidade é consequência da destruição rápida, nos últimos 30 anos, dos fundamentos econômicos responsáveis por sua formação. No Estado de São Paulo, por exemplo restam poucas comunidades que ainda vivem da pesca artesanal nas ilhas (Búzios, Vitória, Monte de Trigo, São Sebastião) ou em pontos ainda semi-isolados pela falta de estradas, tais como no litoral sul do Estado ou no Saco do Mamanguá e Ponta da Cajafba, no Rio de Janeiro.

A participação da pesca artesanal no mercado pesqueiro brasileiro é significativa, representando cerca de 45% da produção total (Diegues, 1988a). A atividade encontra-se aviltada pela exploração dos intermediários e centralização dos mercados regionais nos grandes centros portuários, tais como Paranaaguá, Santos e Rio de Janeiro. O pescador está nas mãos da indústria pesqueira, seja pela quase obrigatoriedade da venda de seus produtos a atravessadores;

(3) - Sobre as transformações das relações de produção na pesca e suas transformações no Brasil há reflexões importantes de vários autores (Schmidt, 1947; Mourão, 1971; Diegues, 1983).

Sueli Ângelo

pelaperda do controle da comercialização dos produtos ou pelo assalariamento direto nos barcos das empresas de pesca.

Apesar disto, no litoral sudeste as comunidades que vivem da pesca artesanal e da pequena agricultura estão ajustadas ao meio e algumas comunidades, se organizam para defender seus direitos sobre as terras e as atividades de pesca, procurando resistir, à mudança de atividade e até mesmo ao assalariamento (Winther, 1989).

Este, é o caso de alguns embriões de organização, como o que ocorreu em Picinguaba quando a vila foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de São Paulo (CONDEPHAAT) em 1983.

**Vila de Picinguaba (Ubatuba-SP): um exemplo de  
desestruturação de uma comunidade de pescadores:  
um caso extrapolado para a generalidade.**

"O Espaço é a acumulação desigual dos tempos..." (Santos, 1978).

Para os pescadores que ainda vivem na vila desigual tem um sentido profundo no passado e no presente de sua história. Picinguaba foi um sítio de povoamento tradicional de pescadores-agricultores, que em 3 décadas perdeu o mar para a pesca industrial, a terra pela apropriação capitalista do turismo e mais recentemente vive a ambiguidade de ter sido considerada patrimônio histórico e ambiental da cultura caiçara.

O Bairro, está dividido em dois sítios. Os pescadores da Vila ocupam uma pequena planície e as encostas de um anfiteatro da Serra do Mar (fig 1). No sertão da praia da Fazenda vivem ainda hoje pescadores-agricultores. Alguns moradores da Vila possuíam no passado terras no sertão. Afir-mam que há quarenta anos atrás todo mundo tinha terra onde plantavam mandioca, banana, feijão, arroz e milho...

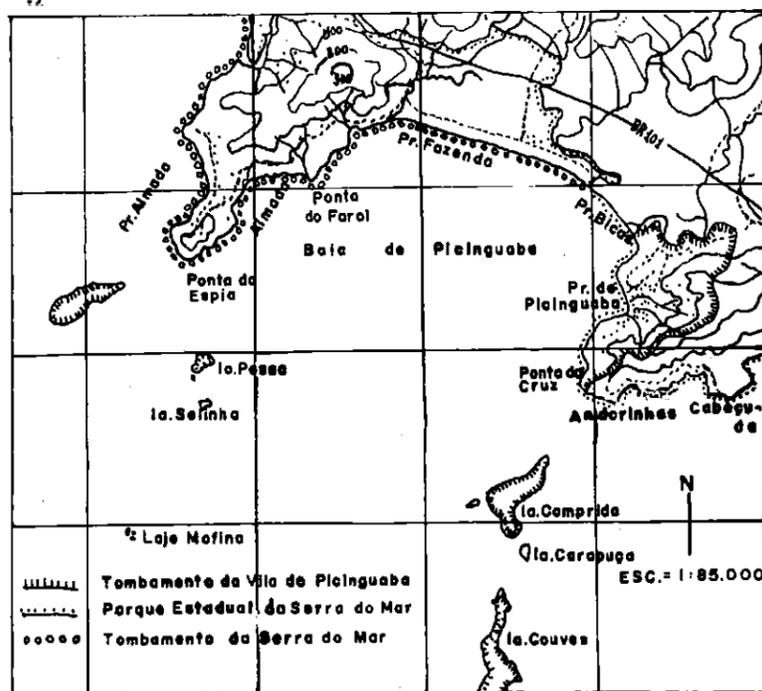
"Há quarenta anos atrás, nós não vivia só da pesca como vivia da roça quando tudo isso era liberto. Foi apertando o espaço, hoje nós só pode viver do mar" (Sr. Raimundo em 1986).

A pesca artesanal praticada, tradicionalmente, até a década de 70, era a de canoa sem motor. As Canoas motorizadas tornam-se mais frequentes a partir desse período.

**BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA - Nº 69**

Antes da abertura da estrada BR-101, ou estrada do turismo, e do processo de reorganização do espaço<sup>(4)</sup>, Picinguaba, assim como "a sociedade caipira e caiçara tradicional do litoral dominava técnicas que permitiam a estabilização das relações da comunidade com o meio", embora em nível precário mediante o conhecimento que tinham dos processos naturais dos ecossistemas. Praticavam pesca de cerco e arrasto de praia, e também a coleta de crustáceos e moluscos em estuários dos rios Fazenda e Picinguaba.

**Figura 1**



Fonte: IBGE. Carta do Brasil. Esc. 1:50.000. Picinguaba. SF-23Z-C-1-3. 1ª edição. RJ. 1974.

(4) - O movimento turístico no litoral norte começa a se delinear em 1951, mas é a partir de 1970 de com a política de abertura de estradas do governo federal que o município de Ubatuba se viu fortemente invadido por uma massa de turistas, principalmente após o asfaltamento da estrada Rio-Santos ou BR 101.

Sueli Ângelo

Apesar das modificações da vida de pescador ocorridas com maior velocidade a partir de meados da década de 70 convivem, na Vila: a pesca artesanal, praticada pelos mais pobres e pesca empresarial capitalista, que absorveu a juventude.

No entanto constatamos, em 1986, que a maior parte das famílias residentes em Picinguaba praticavam a pesca como atividade secundária. Poucas famílias viviam apenas do trabalho na pesca. Somente os pescadores, bem sucedidos (que adquiriram barco próprio a motor e cerco na baía) viviam apenas dessa profissão. Essa situação crítica é descrita por eles próprios como uma forma de resistência a absorção pelo trabalho em barcos dos outros, na casa de turistas, na construção civil ou alugando e vendendo suas próprias casas. Da. Antonia (uma das matriarcas da Vila com 8 filhos pescadores) nos conta que é muito difícil resistir e não vender as posses para o pessoal que vem de fora, pelo alto valor de venda.

A comunidade de Picinguaba, mesmo tendo sofrido profundas modificações, mantém entre seus membros um conhecimento empírico do ambiente terrestre e aquático ainda significativo conforme constatamos no levantamento piloto realizado no projeto (Diegues, et al, 1988; Ângelo, 1990). Entre os mais velhos (mesmo os que abandonaram a pesca) persiste a medicina caseira, o artesanato, a culinária, conhecimentos de técnicas de confecção da aparelhagem de pesca, artigos domésticos e de construção da moradia tradicional (Diegues, et al, 1988) - embora não se encontre na vila bons "arquitetos" da antiga casa de taipa.

Essa desestruturação com sinais de resistência se deve algumas características ambientais e culturais.

A praia de Picinguaba sempre possuiu boas condições portuárias, tendo sido o segundo maior porto de pesca do município de Ubatuba até os anos 60 (Marcílio, 1986). A população que vive da profissão de pescador e agricultura quase desapareceu. Não há mais terras livres para plantar. Na Vila o espaço físico se reduziu para dar lugar as casas dos turistas. No sertão da Praia da Fazenda a legislação do Parque Estadual da Serra do Mar, impediu a abertura de novas roças e manejo das antigas áreas. A criação do Parque e o tombamento inibiu, timidamente, a especulação imobiliária<sup>(5)</sup> na região (principalmente na Vila), mas coibiu o morador do lugar.

## O passado da pesca em Picinguaba

Há poucos estudos específicos sobre a Picinguaba. A análise do processo histórico, das questões fundiárias, da pesca e das relações com o ambiente foram feitas por alguns autores, dos quais destacamos os trabalhos de Metcalf, 1978; Diegues, 1983; Marcílio, 1986.

(5) - Muitos proprietários de fora constroem e reformam suas casas na ilegalidade.

Segundo estes autores a pesca foi a atividade comercial mais importante da vila, tornando-a o segundo centro produtor de pescado depois de Ubatuba na década de 60. (Marcílio, 1986).

Embora existisse, já nessa época, uma penetração nítida da pesca industrial da sardinha<sup>(6)</sup>, a maior parte da população praticava a pesca artesanal.

Em 1972, Diegues constatou que de um total de 600 pescadores, em Ubatuba 62% pertenciam a categoria dos pescadores lavradores ou "pescadores biscateiros", (Diegues, 1983 pag. 160).

Os tripulantes embarcados provinham em maior número das praias do norte de Ubatuba, como Picinguaba<sup>(7)</sup> e Almada, também da própria cidade.

Poderia se pensar que o quadro econômico da transformação das relações de trabalho e produção artesanal para a industrial fosse o único responsável pela desarticulação da vida caiçara em Picinguaba.

Muitos pescadores, moradores atualmente no Bairro da Estufa I e II, em Ubatuba, quando entrevistados, afirmam que a pesca estava ficando difícil com a concorrência dos grandes barcos de arrastão que tiravam tudo, mas nenhum dos entrevistados deixou de relacionar a questão das terras como a principal causa do abandono da atividade pesqueira. A Tabela 1 mostra que quase 50% da Vila, hoje, é constituída por casas de turistas.

**Tabela 1 - População em Picinguaba (1986)**

Tipo de morador	no famílias	%
morador no local	84	51,9
turista com casa no local	78	48,1

(6) - Pescava-se sardinha de traineira que era vendida em Ubatuba no início da década de 70 (Diegues, 1983).

(7) - "A praia de Picinguaba foi o principal centro de recrutamento no Litoral Norte de São Paulo, cerca de 59% dos embarcados eram jovens de até 30 anos, mostrando que, apesar da dureza do embarque, demonstrada em outros estudos sobre o trabalho do pescador embarcado, muitos jovens procuraram aí uma alternativa de vida." Esta evasão de jovens para a pesca industrial é considerada como uma das principais causas da perda desarticulação da cultura caiçara. O jovem assalariado, adquire costumes e importa valores externos à cultura nos grande portos de Santos e Rio de Janeiro onde o peixe. "Coexistiam, na vila, portanto várias atividades de produção que representam, no entanto, tempos diferentes e formas específicas, pelas quais se organizavam e se organizam os meios de produção e a força de trabalho na atividade pesqueira e agrícola." (Diegues, op. cit.)

Sueli Ângelo

Vários conflitos com "o pessoal de fora" (não apenas turistas, mas o pessoal que veio morar na vila a partir da construção da estrada BR-101) foram apontados pelos antigos moradores como causa da saída de muitas famílias, tais como a falta de espaço<sup>(8)</sup>, o lixo gerado na temporada de verão, a falta de assistência da prefeitura local quanto ao saneamento básico e saúde, a "pirataria" pela obtenção de água provocada pelo crescimento desordenado das construções e a falta de planejamento, o cercamento dos terrenos, impedindo livre trânsito dos antigos moradores, e a dificuldade de transporte (ônibus) por causa da estrada de acesso que é ruim. O "desgosto" por este estado de coisas e pressão para venda das posses, foi considerado como um dos motivos que levam as pessoas a irem embora da Vila.

*"A pesca está ruim, e morar aqui esta cada vez mais difícil por causa das brigas com o pessoal de fora" (depoimento de Da. Antonia, matriarca da vila).*

O conflito atual é acrescido pela legislação de proteção ambiental, que além de não atentar previamente para as questões fundiárias, impôs aos pobres que ainda se utilizam do extrativismo duras regras de convivência com a natureza. Não percebendo as especificidades culturais da vida caiçara a inclusão da Vila Picinguaba no parque Estadual da Serra do Mar impediu os pescadores de coletarem matéria prima para sua reprodução material. A ausência de correspondência da legislação com a realidade, vem se constituindo em mais um fator de expulsão do pescador-pequeno agricultor.

Vejam os depoimentos:

**Sr. Jonas** (pescador nascido na Picinguaba, dono de posses na Praia da Fazenda e Ilha das Couves - Morava na vila até 1988, quando mudou-se para Ubatuba):

*"Os pescadores perderam os costumes locais. Os que não eram filhos do lugar, botaram a perder o lugar";*

*"Os regulamentos são de cima para baixo. O tombamento só traz prejuízo. O parque esta errado só defendem "folhas de pau, mato, ninguém defende o pobre. O governo tombou para segurar o povo no local, mas com tantas exigências estão tirando o povo. Se não pode ocupar a área do florestal porque não pode ter roça, precisa ter outra alternativa."*

**Sr. Adelino** (pescador nascido em Picinguaba, dono de uma vendinha)

*"Eu não sou contra o tombamento quando os tombantes fizeram alguma coisa por nós. Nós agora temos um governo de destruir os miúdos."*

(8) - É comum na família caiçara e caiçara a vizinhança de parentes. Os filhos casam e suas famílias constroem casas na mesma posse dos pais. Em Picinguaba alguns pescadores que haviam vendido seus terrenos para morar na cidade acabaram voltando, agravando ainda mais o problema do adensamento das construções. Outro problema foi o cercamento dos terrenos, pratica que não existia entre os caiçaras.

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA - Nº 69

**Da. Antonia** (uma das matriarcas da vila, mãe de 11 filhos, 8 moravam com suas famílias na vila)

*"Nós fomos tombados por que somos importantes para a humanidade então o governo tem que dar condição para nós ficarmos aqui."*

As medidas de proteção ambiental criadas para a Vila de Picinguaba, se confundem na cabeça dos moradores. Evidentemente foram decididas sem a participação dos mesmos. Mais grave ainda foram elaboradas sem considerar as especificidades do modo de vida caiçara. Tais decretos, importantes como instrumentos de proteção ambiental, de nada valem se não considerarem a realidade dos moradores locais. Pior ainda acabam por desencadear aquilo que combatiam.

O tombamento da vila de Picinguaba, por exemplo adotou como critérios os seguintes propósitos<sup>(9)</sup>:

1. A preservação de toda a bacia hidrográfica onde se situa a vila;
2. A preservação do conjunto paisagístico que compõe a vila, vista do mar;
3. A preservação das ilhas que circundam a vila uma vez que Picinguaba era uma comunidade voltada principalmente para o mar;

Para atender esses critérios foram feitas algumas recomendações:

1. Manter a densidade populacional de ocupação apropriada;
2. Criar condições para que não ocorresse a descaracterização do espaço, sua arquitetura, valores culturais, etc.
3. Conservar a paisagem, sua topografia, os caminhos e sua relação com a atividade econômica e meio ambiente.

Esses objetivos se perderam e o tombamento, de certo modo, fracassou na preservação socio-ambiental. Não contou com a participação dos diretamente envolvidos. Não coibiu efetivamente o processo de descaracterização da vila. As ações políticas de controle e incentivo a auto-organização da população e preservação ambiental não se implementaram. A procura da terra para a especulação colocou o morador de Picinguaba diante do seguinte dilema: parte dos trabalhadores da pesca industrial, na maioria já havia, de certo modo, se desligado do trabalho familiar da pesca artesanal. Os que permaneceram no sistema cooperativo de trabalho e pequena produção viram-se pressionados a vender suas terras aos especuladores, a partir da valorização incentivada pela BR-101. A mudança de muitas famílias criou dificuldades para os que ficaram, tanto no trabalho no campo como no mar. Os que resistiram "passaram a ter de enfrentar a concorrência dos barcos de fora, que arrastavam próximos à praia, praticando uma pesca predatória diminuindo a captura por parte dos pequenos pescadores. Esses tí-

(9) - Parecer do arquiteto José Pedro de Oliveira Costa do Serviço Técnico de Conservação e Restauro (Condephaat).

Sueli Ângelo

veram de se limitar a colocar suas redes de espera em lugares onde os arrastões não passassem, pois tornou-se comum o desaparecimento e/ou destruição de seus equipamentos de pesca (Diegues, 1983)."

*"Agora tudo terminou, veio gente de fora. Se acabar a pesca eu não sei o que vou fazer. Eu vivo da minha profissão de pescador" (Dedeco, nascido em Parati, genro de Da. Antonia, que mudou-se para Ubatuba em 1989).*

O tombamento, ainda que original na conceituação ampliada pela consideração da cultura e do ambiente como patrimônios da humanidade, foi mal definido e aplicado e precariamente gerenciado pelo poder público.

A rigor nenhum instrumento de proteção ambiental abordou, até o momento, com determinação política as questões centrais, tais como o problema fundiário, as políticas públicas, o modelo de desenvolvimento, centrais na questão ambiental.

No litoral norte de São Paulo, ainda há comunidades de pescadores artesanais que continuam a viver nas praias mais isoladas e em algumas ilhas, mas com dificuldades enormes de sobrevivência, desassistidos pelo Estado e Município. Guardam a posse da terra onde fazem suas pequenas roças. Alguns, tendo-se tornado caseiros das propriedades que antes lhes pertenciam, vêem os filhos partirem para as cidades.

Em Picinguaba com a mudança na técnica construtiva tradicional para a casa de bloco de concreto e telha de amianto e a invasão turística ocorrem mudanças também no gerenciamento do espaço e nas relações de propriedade com fixação de lotes. Isto tem contribuído sobremaneira para os problemas vividos pela população, tais como a poluição dos pequenos cursos d'água, erosão e ravinamentos nas encostas com destruição das nascentes pelo desmatamento. Picinguaba, paradoxalmente, é o trecho do litoral norte com os maiores índices pluviométricos, onde não deveria faltar água, mas a população se refere a períodos sem água. As construções se amontoam na pequena planície e começam a se "encaixar" nas encostas com cortes de taludes que recentemente provocaram deslizamentos pondo em risco os moradores das partes mais baixas.

Picinguaba se transformou num modelo da acumulação dos conflitos e ambiguidades do nosso tempo. Conflitos de ordem político, social, ambiental e econômico e que respondem pelas consequências de degradação ambiental.

"A inexistência de uma regulamentação, que compatibilize a conservação dos recursos naturais e sua utilização por populações humanas tradicionais, resulta de uma concepção equivocada das atividades econômicas chamadas de subsistência e também, de um pensamento que entende exploração racional dos recursos naturais com atividade empresarial" (Winther, 1989 p. ).

### Biodiversidade e autosustentação

"A chave do entendimento de atividades autosustentáveis em meios frágeis, começa com os residentes locais. Seu conhecimento é valioso para o futuro do ambiente e das pessoas. Nós nunca aprenderemos sobre os sistemas de uso da terra, se os povos que os desenvolveram continuarem a ser destruídos ou privados de continuar seus meios de vida" (Clay, 1985).

Esse pensamento nos leva a algumas indagações: Em que situação a pesca sobreviverá no litoral Sudeste? É possível se pensar em alternativas para as populações que ainda vivem da pequena produção pesqueira?

A alternativa extrativista, que vem sendo discutida como forma de conservação dos recursos é viável do ponto de vista ambiental para as zonas costeiras? Neste caso é possível imaginar atividades econômicas auto-sustentáveis no estágio atual de conhecimento dos ecossistemas litorâneos?

Meu ponto de vista é de que a alternativa de criação de áreas ou reservas extrativistas para garantir ao pequeno produtor da pesca a sua reprodução social, deve ser pensada simultaneamente com a pesquisa, pois o quadro ambiental atual, os recursos naturais já se encontram sobre pressão de degradação pela poluição, mal planejamento da ocupação, etc..

A maior dificuldade que vejo está em realmente se promover a sustentação dos recursos neste quadro. Não conhecemos bem os dados básicos sobre os ambientes litorâneos, principalmente aqueles relacionados a sua dinâmica.

Neste momento de rica discussão sobre a conservação dos recursos parecem estar se delineando dois caminhos:

1. Um que reconhece a importância de formas de uso dos recursos em padrões culturais diferenciados, muito próximas da sustentabilidade mas distantes da relação capitalista (senso estrito) preservando as relações de trabalho não capitalistas com cooperação familiar e de vizinhança, cujos problemas principais são as alternativas econômicas e as questões fundiárias.

2. Outra que acha importante para a atual economia de mercado aprender com o campesino, caiçara, seringueiro, etc. como produzir sem depredar, mas substitui essas comunidades por empresários conscientes e adeptos ao modelo sustentável.

A alternativa dois de forma nenhuma vai reduzir os impactos de uma exploração predatória e os atuais níveis de pobreza social. Um simples modismo em torno da idéia de técnicas de manejo sustentável pode acentuar ainda mais o empobrecimento ambiental.

## BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, A.N. (1962) A Serra do Mar e o Litoral de Santos. *Not. Geomorf.* 5 (9/10): 70-77
- AB'SABER, A.N. (1985) A gestão do Espaço natural (relembrando Caraguatatuba - 1967 - para compreender Cubatão 1985) *Rev. Arquitetura e Urbanismo*, 1 (3): 90-93.
- AB'SABER, A.N. (1988) Espaço Territorial e Proteção Ambiental. *Geografia e Questão Ambiental*. Ed. Marco Zero, SP
- BARAN, P.A. & SWEEZY, P.M. (1968) *Monopoly Capital*. Monthly Review Press, N.Y. p. 301
- BECK, A. (1989). Lavradores e pescadores: uma contribuição a discussão do conceito de pescador artesanal. *Coletânea de Trabalhos Apresentados no III Encontro de Ciências Sociais e o Mar*, 289-294.
- CANDIDO, A. (1964) Os parceiros do Rio Bonito (estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida). Ed. José Olímpio, 239 p.
- CLAY, J.W. (1985) Parks and people in cultural survival. *Quarterly*, vol.9.Feb.no 1.
- CONDEPHAAT - Processo no 20130/76 "Tombamento dos aglomerados humanos ou unidades de habitação de Picinguaba, Ubatuba" - Secretaria do Estado da Cultura-SP.
- DIEGUES, A.C.S. (1983). *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. Ensaio 94. Ed. Ática, 287p.
- DIEGUES, A.C.S. (1987) Conservação e Desenvolvimento sustentado de ecossistemas litorâneos no Brasil. *Simp. Ecos. Costa sul-sudeste brasileira*. ACIESP, 3:196-243.
- DIEGUES, A.C.S. (1988a) Mitos e realidades sobre pescadores artesanais. *Série: Trabalhos e Estudos*. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil - IOUSP/F.FORD.
- DIEGUES, A.C.S. (1988b) A pesca artesanal no litoral Brasileiro: cenários e estratégias para a sua sobrevivência. *Série: Trabalhos e Estu-*

**BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA - Nº 69**

- dos. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil - IOUSP/F.FORD.
- DIEGUES, A.C.S (1989) Tradição e Mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-antropologia do mar. Coletâneas de trabalhos Apresentados no III Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 1-20.
- IUCN - União Mundial de Conservação da Natureza, (1990). Uma estratégia de Ação Local, Nacional e Internacional para Salvar, Estudar e Utilizar Sustentavelmente a Diversidade Biológica Mundial, 23p.
- HOEFLE, S.W. (1989) A pesca de pequena escala no Sudeste do Brasil: estratégias de capitalização frente a pesca empresarial e ao turismo no Sul Fluminense. Coletânea de Trabalhos Apresentados no III Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 157-178.
- MARCÍLIO, M.L. (1986) Caiçara: terra e população estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. CEDHAL - São Paulo, 246p.
- METCALF, A.C. (1978) House hold and family structures in late XVIII century Ubatuba. Tese. Austin, Texas, USA.
- MOURÃO, F. (1967) A pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo; o pescador lagunar de Iguape-Cananéia. Tese de mestrado. São Paulo, USP.
- MUSSOLINI, G. (1945) O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião. Rev. Sociologia, 7(3).
- MUSSOLINI, G. (1953) Aspectos da Cultura e da vida social no litoral Brasileiro. Rev. Antropologia, 1(2)-SP.
- MUSSOLINI, G. (1980) Ensaio de Antropologia indígena e caiçara (org. Edgard Carone). Ed. Paz e Terra, 289p.
- VALADÃO, V. (1987) Relatório de avaliação do tombamento da Vila de Picinguaba. CONDEPHAAT (Proc. 20130/76) (inédito).
- WILLENS, E. & MUSSOLINI, G. (1952) Buzios Island: a caiçara community in southern Brazil. Univ. Washington Press, 116p.
- WINTHER, J.; RODRIGUES, E.P.F. & MARICONDI, M.L., (1989) Relatório do projeto "Ocupação caiçara e os terrenos de Marinha - Terras de Pescador: comunidade São Paulo-Bagre - Cananéia (inédito).

Sueli Ângelo

## RESUMO

Neste trabalho são apresentados os resultados de uma pesquisa realizada junto a comunidade de pescadores da Vila de Picinguaba (Ubatuba-SP). São analisados efeitos do Tombamento do sítio urbano da vila e a criação do Parque Estadual da Serra do Mar.

Discute-se, a partir da pesquisa oral e reuniões com moradores, a questão fundiária, a expansão da indústria do turismo, a política ambiental e a conservação da biodiversidade a luz das mudanças sócio-culturais ocorridas nos últimos 30 anos.

## ABSTRACT

This paper presents the results of a fisherman community research from Picinguaba's village (Ubatuba - SP). It analyzes environment policies in this urban region.

Based on oral research it discusses the land conflict, turistic industry expansion, environmental policies, biodiversity conservation and social and cultural changes that happened in the last 30 years.

